

I'm not a bot





## Concelhos mais pobres de portugal

No estudo do INE sobre o poder de compra concelho, publicado em setembro de 2021, Penamacor e Idanha-a-Nova estavam entre os dez municípios mais pobres.Com um valor de 60,2 pontos no indicador do poder de compra per capita, Penamacor era o nono município mais pobre do país e o primeiro da região Centro. Já Idanha-a-Nova era o décimo mais pobre, e o segundo da região Centro com 60,3 pontos no mesmo indicador.Neste estudo o nível de pobreza é determinado pelo indicador do poder de compra per capita que representa o bem-estar material médio de cada pessoa num determinado território. Este é calculado com base em variáveis que refletem a capacidade económica e financeira dos residentes: o rendimento disponível, o consumo privado, o investimento, a poupança, a fiscalidade, o emprego e a estrutura empresarial.O município mais pobre de Portugal é Cinfaes, na região Norte do país. No estudo do INE sobre o poder de compra concelho, publicado em setembro de 2021, Penamacor e Idanha-a-Nova estavam entre os dez municípios mais pobres.Com um valor de 60,2 pontos no indicador do poder de compra per capita, Penamacor era o nono município mais pobre do país e o primeiro da região Centro. Já Idanha-a-Nova era o décimo mais pobre, e o segundo da região Centro com 60,3 pontos no mesmo indicador.Neste estudo o nível de pobreza é determinado pelo indicador do poder de compra per capita que representa o bem-estar material médio de cada pessoa num determinado território. Este é calculado com base em variáveis que refletem a capacidade económica e financeira dos residentes: o rendimento disponível, o consumo privado, o investimento, a poupança, a fiscalidade, o emprego e a estrutura empresarial.O município mais pobre de Portugal é Cinfaes, na região Norte do país. Início - Notícias ˆ Nacional ˆ Os 0.1% mais ricos de Portugal moram em 8 concelhos (e os mais pobres estão em 5) Veja AQUI quais são as regiões e os concelhos mais pobres do país e com maior e menor poder de compra (report 2017, dados de 2015).Se em 2013 o concelho de Baião já ocupava um péssimo lugar, sendo considerado o 8º concelho mais pobre de Portugal, a realidade é que a situação veio a piorar, atirando Baião para o 5º concelho mais pobre do país e o 3º mais pobre da sub-região do Tâmega e Sousa, de 2013 para 2015. Baião (57,14) apresenta um índice abaixo de metade do índice do Porto (161,43) e significativamente abaixo da média da sub-região do Tâmega e Sousa (72,30).Abra a imagem AQUI para ver quais são as regiões e os concelhos com maior e menor poder de compra (report 2017, dados de 2015)O rumo não vai bem, pelo que os autarcas e os dirigentes das estruturas partidárias locais, têm a obrigação de olhar para a evolução destes dados, refletir sobre os mesmos e assumir as responsabilidades que lhes cabem.Não podem continuar a passar a vida nos cargos, alguns até bem remunerados, e fazer de conta que esta realidade não existe nem continua a piorar, porque os dados são de fontes oficiais e os políticos e autarcas locais têm a obrigação de os ler e de contribuir para a melhoria de vida das suas/nossas populações.Não faltam autarcas com incapacidade e irresponsabilidade para empobrecer a sua/nossa terra e a sua/nossa gente. Para isso não é preciso grande sabedoria!Fazem falta é autarcas e responsáveis políticos com capacidade e competência para retirar a sua/nossa terra e a sua/nossa gente da pobreza, sendo legítimo questionar:● Porque é que somos dos concelhos mais pobres do país? ● Porque é que os autarcas não identificam as causas nem debatem esta realidade com os seus munícipes? Ou melhor, porque escondem este real retrocesso dos seus munícipes e dos seus/nossos munícipios? ● Nenhum autarca ou político deveria assumir responsabilidades sobre o empobrecimento da sua terra e da sua gente?E lamentável esta passividade, este esconder da realidade e esta irresponsabilidade autárquica e política. Como se ignorar ou esconder as dificuldades e os problemas nos ajudasse a melhorar no quer que seja.Esta realidade e disparidade do país deveria envorngonar todos os políticos e todos os autarcas. Um país com tamanhas desigualdades e disparidades, sem políticas estruturais de coesão, dificilmente sairá da polreza e da cauda da Europa.Isto deveria ser uma preocupação constante de todos os cidadãos, mas é responsabilidade direta de quem dirige os destinos dos concelhos e de quem tem responsabilidades políticas sobre os planos e programas político-estratégicos anuais e plurianuais que são executados com o nosso dinheiro e que, pelo que constatamos, encaminham os concelhos e a sua população para a continuidade e mesmo agravamento da pobreza.Se a única estratégia político-administrativa de que são capazes é a que conduz um concelho e a sua/nossa gente para o empobrecimento, então não estão a ter qualquer utilidade nem a fazer o que lhes compete fazer.Será incapacidade?Será incompetência? Será falta de vontade?Algo é certamente!E as forças cívicas e a gente destes munícipios têm de saber a verdade e refletir sobre o rumo que está a ser seguido.E que o comodismo ou conformismo cívico e ou político não estão a ser nada úteis, bem pelo contrário, estão sim é a empobrecer cada vez mais a nossa terra e a nossa gente.Vejamos que, segundo os estudos do INE (ver os diversos estudos em baixo), enquanto a Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de índice de poder de compra de 104,8, acima da média nacional, o concelho de Baião apresentava um índice de 59,4, ou seja, metade do valor da Área Metropolitana do Porto, sendo considerado o 8.º concelho mais pobre. Mas como se isso não bastasse, constatamos agora, no relatório de 2015, que a situação tem vindo a piorar, tendo o poder de compra baixado de 2013 para 2015, sendo que este índice era de 59,40 em 2013 e atualmente é ainda menor, colocando Baião como o 5º concelho mais pobre do país, com um índice geral de poder de compra em 57,14.Poder de compra dos concelhos (2013).Segundo os índices de 2013, estes eram os 10 concelhos mais pobres do país:1 º - Ponta do Sol (58,55);2º - Câmara de Lobos (57,04), ambos na Madeira;3º - Vinhais (59,84);4º - Tabuaço (56,63);5º - Resende (59,11);6º - Celorico (56,64);7º - Cinfaes (56,54);8º - Baião (59,40); 9º - Ribeira de Pena (59,66);10º - Penalva do Castelo (60,38). Abra a imagem AQUI para ver quais são as regiões e os concelhos com maior e menor poder de compra (report 2017, dados de 2015)Segundo os índices de 2015, estes são os 10 concelhos mais pobres do país:1 º - Ponta do Sol (55,83)2º - Tabuaço (55,95)3º - Celorico de Basto (56,09)4º - Cinfaes (56,32)5º - Baião (57,14)6º - Câmara de Lobos (57,25)7º - Ribeira de Pena (57,33)8º - Resende (58,16)9º - Vinhais (58,25)10º - Penalva do Castelo (58,59)Mas se olharmos para a nossa sub-região (Tâmega e Sousa), constatamos que a média na sub-região é de 72,30, enquanto Baião ocupa o 3º lugar dos concelhos mais pobres:Média do Tâmega e Sousa 72,30Amarante 71,98Baião 57,14Castelo de Paiva 65,87Celorico de Basto 56,08Cinfaes 56,32Felgueiras 81,91Lousada 70,08Marco de Canaveses 73,43Paços de Ferreira 78,39Penafiel 77,04Resende 58,16Em termos nacionais temos Lisboa, Porto, Oeiras, S. João da Madeira e Sines a liderar o ranking dos municípios mais ricos do país, em 2015.Numa análise aos 308 concelhos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) identificou 33 como tendo um poder de compra acima da média nacional. Apenas mais um concelho do que em 2013, aquando do último Estudo Sobre o Poder de Compra Concelho.O estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE) conclui que no conjunto do território nacional 147 municípios (48% do total) apresentavam valores de poder de compra inferiores a 75 (com a média nacional de 100), ou seja, um resultado pior do que encontrado em 2013.Dos 10 municípios com menor poder de compra ‘per capita’, oito pertenciam ao Interior das regiões Norte e Centro (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Viseu Dão Lafões) e dois à Região Autónoma da Madeira. Aliás, Ponta do Sol é o concelho mais pobre do País, tendo caído quatro lugares desde 2013, e destronando Cinfaes. Aqui, o valor de poder de compra estimado pelo INE é cerca de metade da média nacional. Baião (Porto), Tabuaço (Viseu), e Celorico de Basto (Braga), permanecem na lista dos concelhos mais pobres do país. O estudo mostra assim a discrepância de rendimentos regionais e locais de Portugal, onde 23 municípios concentram 50% do poder de compra nacional, sublinha o INE.FONTES: O executivo de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas vai entrar de férias no mês de agosto. A pausa estival deverá funcionar para os ministros recobrarerm forças e prepararem-se para a segunda parte da legislatura que termina em 2015. Dos 308 concelhos portugueses, o Instituto Nacional de Estatística (INE) registava que existiam pelo menos 12 com o poder de compra 50% abaixo da média nacional. Estes deverão ser alguns dos concelhos mais pobres de Portugal, que todos os ministros deviam conhecer para ter em conta o crescimento económico que o Governo propõe no seu texto de Moção de Confiança que vai a votos amanhã na Assembleia da República. Olhando para o mapa do poder de compra em Portugal é fácil observar várias disparidades entre regiões: O litoral é mais rico do que o interior e existe mais poder de compra no sul do que no norte do País. Os 10 concelhos mais pobres de Portugal localizam-se todos a Norte do Rio Mondego, segundo dados do INE relativos a 2009. Sernancelhe, no distrito de Viseu, é uma vila sede de concelho, que conta com 5671 habitantes, e detém somente 47,36% do poder de compra nacional. Celorico de Basto, em Braga, é o segundo concelho com os habitantes com menor capacidade de consumo com apenas 47,73% da média nacional. Ribeira de Pena no distrito de Vila Real, com 48,87%, fecha o pódio dos concelhos com menor poder de compra em todo o País. A sub-região do Tâmega é a que apresenta mais concelhos com menor poder de compra: além de Celorico de Basto e Ribeira de Pena, também Cinfaes (49,35%), Resende (49,43%) e Mondim de Basto (49,63%) marcam presença entre os concelhos portugueses com um poder de compra inferior à média nacional. Também a sub-região do Douro conta com três presenças, com Armamar (49,49%) e Penedono (49,83%) a juntarem-se a Sernancelhe. Alto Trás-os-Montes e Dão Lafões contam com dois municípios cada: Valpaços (49,52%), Vinhais (49%) e Penalva do Castelo (49,69%). Vila Nova de Paiva (49,35%), respetivamente. A nível de PIB per capita, estas quatro sub-regiões estão também igualmente entre as mais pobres de Portugal. Em 2009, o Tâmega contava com um PIB per capita de 8700 euros, o Douro de 10500 euros, Alto Trás-os-Montes de 10900 euros e Dão-Lafões de 11400 euros. Em termos comparativos, o Grande Porto conta com 16 mil euros gerados anualmente por habitante e a Grande Lisboa com 26,6 mil euros. Olhando para as principais cidades do país, existem vários concelhos com o poder de compra abaixo da média nacional. No Grande Porto, Gondomar, Póvoa do Varzim, Valongo e Vila do Conde situam-se entre os 61% e os 94%. Na Grande Lisboa, a situação é semelhante, mas aqui apenas dois concelhos estão abaixo da média nacional, Odivelas (94,2%) e Sintra (93,3%). Na Península de Setúbal, também existem três concelhos com menor poder de compra: Moita (81%), Seixal (93%) e Setúbal (109%). Em 2009 os municípios per capita com um poder de compra inferior a 50% da média nacional era 12, tendo este valor diminuído face a 2007, quando o INE registou 21. A nível nacional, os concelhos mais ricos são o de Lisboa, Oeiras, Porto, Cascais e Alcochete. O INE calculou o Indicador Per Capita do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. Para isso apurou a média nacional, dando-lhe o valor de 100%. Publicação anual bilingue com os principais indicadores económicos e sociais de Portugal, agregados por NUTSII, NUTSIII, distritos e concelhos. Realizada desde 2012, e, atualizadas habitualmente a meio do ano. Mais recente atualização da publicação: 20/09/2024 Portugal é um país com uma grande diversidade geográfica, cultural e económica. Apesar de ser um país relativamente pequeno em termos de área, existem grandes contrastes entre as diferentes regiões e municípios. Uma das formas de medir estas diferenças é através do indicador do poder de compra per capita, que representa o bem-estar material médio de cada pessoa num determinado território. O poder de compra per capita é calculado com base num conjunto de variáveis que refletem a capacidade económica e financeira dos residentes, tais como o rendimento disponível, o consumo privado, o investimento, a poupança, a fiscalidade, o emprego e a estrutura empresarial. Quanto menor for o valor deste indicador, menor será o nível de vida médio da população. Neste artigo, vamos conhecer os 10 municípios mais pobres de Portugal, com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes a 2019. Vamos também analisar as causas e as consequências destas disparidades regionais e o que significa viver num município pobre. Segundo o estudo do INE sobre o poder de compra concelho, publicado em setembro de 2021, os 10 municípios mais pobres de Portugal em 2019 eram os seguintes: Cinfaes Com um valor de 56,5 pontos no indicador do poder de compra per capita (IpC), Cinfaes era o município mais pobre do país, com pouco mais de metade da média nacional (100). O município situado na margem esquerda do rio Douro fazia parte da região Norte e da sub-região do Tâmega e Sousa. Cinfaes era um município essencialmente rural e montanhoso, com uma baixa densidade populacional e uma elevada taxa de envelhecimento. Tabuaço Com um valor de 56,6 pontos no IpC, Tabuaço era o segundo município mais pobre do país, com quase metade da média nacional. O município localizado na margem direita do rio Douro fazia parte da região Norte e da sub-região do Douro. Tabuaço era um município predominantemente agrícola e vitivinícola, integrando a região demarcada do Douro e do Vinho do Porto. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Celorico de Basto Com um valor de 56,6 pontos no IpC, Celorico de Basto era o terceiro município mais pobre do país, com quase metade da média nacional. O município situado na transição entre o Minho e Trás-os-Montes fazia parte da região Norte e da sub-região do Tâmega e Sousa. Celorico de Basto era um município maioritariamente rural e florestal, com uma forte tradição na produção de vinho verde. Padecia também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Ponta do Sol Com um valor de 58,6 pontos no IpC, Ponta do Sol era o quarto município mais pobre do país e o primeiro da região Autónoma da Madeira. O município situado na costa sul da ilha da Madeira era também o mais pequeno em termos de área da região. Era um município essencialmente turístico e agrícola, destacando-se pela produção de banana e cana-de-açúcar. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Câmara de Lobos Com um valor de 59 pontos no IpC, Câmara de Lobos era o quinto município mais pobre do país e o segundo da região Autónoma da Madeira. O município situado na costa sul da ilha da Madeira era também o mais populoso da região. Era um município predominantemente urbano e industrial, com uma forte ligação ao setor das pescas e das conservas. Enfrentava também problemas de pobreza, de exclusão social e de habitação precária. Vinhais Com um valor de 59,8 pontos no IpC, Vinhais era o sexto município mais pobre do país e o terceiro da região Norte. O município situado na zona nordeste de Trás-os-Montes fazia parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes. Era um município essencialmente rural e serrano, com uma forte tradição na produção de fumeiro e de castanha. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Monchique Com um valor de 60 pontos no IpC, Monchique era o sétimo município mais pobre do país e o primeiro da região Algarve. O município situado na serra de Monchique fazia parte da sub-região do Algarve. Era um município maioritariamente rural e florestal, com uma forte tradição na produção de medronho e de mel. Monchique beneficiava também da sua oferta turística baseada nas termas e nas paisagens naturais. Padecia também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Corvo Com um valor de 60,1 pontos no IpC, Corvo era o oitavo município mais pobre do país e o primeiro da região Autónoma dos Açores. O município situado na ilha do Corvo era também o mais pequeno e o menos populoso do país. Era um município essencialmente rural e isolado, com uma forte dependência dos subsídios públicos. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Penamacor Com um valor de 60,2 pontos no IpC, Penamacor era o nono município mais pobre do país e o primeiro da região Centro. O município situado na zona oriental da Beira Baixa fazia parte da sub-região das Beiras e Serra da Estrela. Era um município essencialmente rural e agrícola, com uma forte tradição na produção de queijo e de mel. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. Idanha-a-Nova Com um valor de 60,3 pontos no IpC, Idanha-a-Nova era o décimo município mais pobre do país e o segundo da região Centro. O município situado na zona oriental da Beira Baixa fazia parte da sub-região das Beiras e Serra da Estrela. Era um município essencialmente rural e raiano, com uma forte tradição na produção agrícola e pecuária. Sofria também de uma baixa densidade populacional e de uma elevada taxa de envelhecimento. As diferenças entre os municípios em termos de poder de compra resultam de vários fatores que influenciam a capacidade económica e financeira dos residentes. Alguns desses fatores são: A localização geográfica: os municípios situados no interior tendem a ter um menor poder de compra do que os do litoral, pois sofrem de uma maior desertificação, de uma menor acessibilidade, de uma menor diversidade de recursos naturais e de uma menor atratividade turística. A dimensão demográfica: os municípios com uma menor população tendem a ter um menor poder de compra do que os com uma maior população, pois dispõem de uma menor oferta e procura de bens e serviços, de uma menor escala produtiva e de uma menor capacidade fiscal. A estrutura económica: os municípios com uma maior especialização económica tendem a ter um menor poder de compra do que os com uma maior diversificação económica, pois apresentam uma menor resiliência face a choques externos, uma menor capacidade de inovação e uma menor competitividade. A qualificação humana: os municípios com uma menor qualificação humana tendem a ter um menor poder de compra do que os com uma maior qualificação humana, pois contam com uma menor produtividade, uma menor empregabilidade, uma menor rentibilidade e uma menor qualidade de vida. Viver num município pobre pode ter vantagens e desvantagens, dependendo das perspetivas e das expectativas de cada pessoa. Algumas das possíveis vantagens são: Ter acesso a uma maior tranquilidade, simplicidade e autenticidade. Ter mais contacto com a natureza, a cultura e a tradição locais. Ter mais solidariedade, cooperação e sentido de comunidade. Ter mais oportunidades de valorizar e preservar o património local. Algumas das possíveis desvantagens são: Ter menos acesso a bens e serviços essenciais, tais como saúde, educação, cultura, lazer, transportes e comunicações. Ter menos oportunidades de emprego, de empreendedorismo, de formação e de mobilidade social. Ter mais dificuldade em poupar, investir e consumir. Ter menos segurança, conforto e bem-estar. O poder de compra per capita é um indicador que representa o bem-estar material médio de cada pessoa num determinado território. É calculado com base num conjunto de variáveis que refletem a capacidade económica e financeira dos residentes. O poder de compra per capita é calculado através de um modelo de análise fatorial que utiliza 20 variáveis relacionadas com o rendimento disponível, o consumo privado, o investimento, a poupança, a fiscalidade, o emprego e a estrutura empresarial. O valor deste indicador é expresso em pontos relativos à média nacional (100). As fontes de informação para o poder de compra per capita são diversas e provêm de diferentes entidades públicas e privadas. Algumas das principais fontes são: as contas nacionais e regionais, os censos populacionais e empresariais, os inquéritos às famílias e às empresas, os registos administrativos e fiscais e os dados geográficos e estatísticos. Primeiro Jornal 15.Lisboa, Porto e Cascais estão entre os concelhos mais ricos do País. Os dados foram divulgados pelo Ministério das Finanças e são referentes às declarações de IRS de 2022. A Comissão Nacional de Eleições deu um prazo de 24 horas à Câmara Municipal de Lisboa, para que retire todos os cartazes sobre as medidas adotadas pela autarquia no setor da Habitação. A CNE considerou que Carlos Moedas violou a lei que proíbe qualquer publicidade institucional durante um período eleitoral.As notícias mais importantes do Primeiro Jornal e do Jornal da Noite da SIC em 10, 15 e 20 minutos. Informação à medida do seu tempo, de segunda a sexta-feira.